

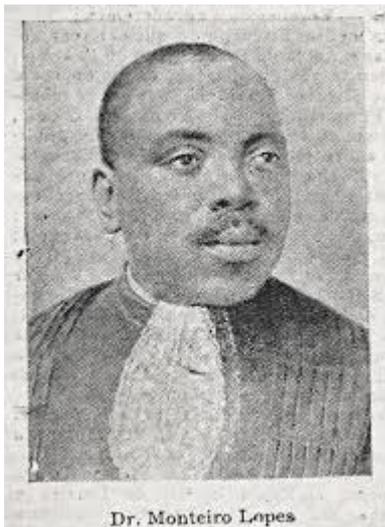
**COLUNA**

**TRAVESTI PRETA NÃO É BAGUNÇA**

**Leandro Rodrigues Nascimento da Silva**

**Histórias Políticas Entrelaçadas: De Manoel Lopes à Marielle Franco e Erica Malunguinho**

**C**edam-me um pouco de suas atenções para que eu discorra acerca de um assunto histórico. Gostaria de neste texto fazer um resgate merecido a um homem que foi pioneiro no Brasil Republicano em conquistar um lugar que majoritariamente tem sido, desde o Império, ocupado por homens brancos: a política! Estou a me referir a Manoel da Motta Monteiro Lopes (1867-1910), deputado preto eleito em 1909 e alvo dos ataques dos/as racistas do início do século XX. Ainda pairava sobre nós os resquícios da herança escravocrata, e não se podia pensar em um homem preto como um legítimo representante do povo – ou do seu povo ancestral! O seu povo era o povo preto trabalhador, pelo qual Manoel Lopes fazia questão de asseverar ser defensor; ele assim se definia: “Republicano, socialista, não-revolucionário, opositor das políticas estaduais e defensor dos trabalhadores”. Talvez ele ainda não tivesse a noção do qual revolucionário ele era por ter aberto o caminho da política brasileira para tantos/as outros/as que viriam, mesmo que ainda não em quantidades satisfatórias.



Manoel Lopes era homem arretado. Pernambucano. Nascido no Recife. Migrou de lá para o Rio de Janeiro, onde morreu no exercício de seu mandato. Era formado pela Faculdade de Direito do Recife, afeito às causas justas. Ao chegar ao Rio e se eleger deputado, enfrentou a aristocracia branca e a política higienista que deslegitimavam o seu mandato. Durou pouco no cargo se pensarmos no ano de sua eleição e o ano em que ele morreu; mas durou o suficiente para trincar o muro branco da política no Brasil. Mas esta coluna não é sobre travesti? Por que me pego a falar de Manoel Lopes? São perguntas para as quais tenho resposta: nenhuma história é história sozinha. Toda história é o resultado de outras; são

essas histórias que fazem a História. Na história de Manoel Lopes eu encontro o fio da meada da história de Erica Malunguinho.

O que acho interessante é que a primeira mulher transexual deputada do Brasil, e também preta, é conterrânea de Manoel Lopes. Nascida também em Pernambuco, também na cidade de Recife, também se define como “socialista”. Faz muito sentido para mim que os passos do povo preto vêm de longe, e no trânsito entre cidades, entre imigrações e migrações, esses passos de homens e de mulheres (travestis, transexuais), cada qual com sua singularidade, identidade, vão transformando e dando a cara do nosso país. Aos 20 anos Erica adentrou o mundo da educação e se engajou nos movimentos antirracistas. Foi professora e agente cultural. Erica sempre viu na educação uma maneira de se apropriar do capital cultural hegemônico, subvertê-lo e visibilizar as narrativas das afro-brasilidades e africanas. Isso ela começou a fazer pelo próprio sobrenome: Malunguinho. Este nome traz história, afeto, (r)existência, religiosidade... seu significado tem a ver com o culto à Jurema Sagrada; a Jurema é uma entidade protetora das florestas de Pernambuco na região de Catucá. Foi de Catucá que os ancestrais africanos de Erica vieram. Outro sentido muito bonito trazido pelo sobrenome da deputada é o de “companheiro/a”, “camarada”, pois, historicamente, as famílias de origem Bantu o utilizavam para designar os/as mais íntimos/as. Assim também era uma das muitas maneiras que alguns/algumas escravizados/as se utilizavam para se referir àqueles/as que atravessaram o oceano para, no Brasil, iniciar uma penosa nova vida no período Colonial. A mãe de Erica era enfermeira. Dedicava a vida a cuidar das pessoas. O mesmo a filha faz na política cuidando das minorias; batendo de frente com deputados/as conservadores/as; mantendo viva a utopia de que as classes subalternizadas podem e farão uma revolução.



Deputada Erica Malunguinho. Foto: Divulgação

Toda a família de Erica era preta. Segundo ela, mesmo todos/as da casa sabendo que eram pretos/as e que por isso enfrentariam o racismo na sociedade, ainda assim havia espaço para se praticar o racismo entre eles/as próprios/as: “Todos nós sabíamos que éramos negros, mas quando você é negro no Brasil, também sofre racismo dentro da família”, e continua “Estávamos sempre comparando quem tinha o nariz mais largo ou o cabelo mais áspero”. As falas de Malunguinho nos fazem refletir sobre a própria educação familiar das famílias pretas à nossa volta. “A revolução começa dentro de casa”, como dizia minha mãe; começa na conscientização dos/as nossos/as de que ninguém deve soltar a mão de ninguém, pois o Mundo já tentará soltar as mãos de todos/as nós. Isso serve para as nossas ativências, parafraseando Conceição Evaristo.

Aos 20 anos Erica Malunguinho passou a estudar na Universidade de São Paulo; tornou-se mestre em Estética e História da Arte. Uns tempos trabalhou como artista plástica, criou performances, escritos, desenhos vários, fotografias, o que culminou com a montagem de seu estúdio no bairro de Campos Eliseos,

em São Paulo. Mas foi aos 36 anos que Erica se tornou a primeira mulher transexual a ser eleita, a nível estadual, na política brasileira. A motivação que a fez se candidatar foi a morte da vereadora Marielle Franco, do Rio de Janeiro, brutalmente assassinada. Eu, particularmente, tive a honra de conhecer a vereadora Marielle Franco nas muitas manifestações que ocorriam pelas ruas apertadas do Rio de Janeiro. Marielle sempre estava com o olhar atento à multidão, nos policiais que circundavam o protesto como se ali houvessem criminosos em potencial; Marielle Franco estava sempre ativa, da mesma forma que Erica Malunguinho se ativa quando chega à tribuna da Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP) para discursar. Eu diria que Malunguinho é a Marielle Franco viva entre nós. “Chorei muito quando soube do assassinato de Marielle Franco. Seu projeto político acabou de acabar. Foi uma mensagem para nós que não deveríamos estar lá brigando por nossos corpos e resistindo ao genocídio e ao racismo. Eu tinha tanto ódio em mim. Ao mesmo tempo eu sabia que precisava tomar esse ódio e fazer algo positivo com ele”, afirma Malunguinho. E fez! Erica segurou o bastão de luta de Marielle Franco e hoje dá continuidade à uma luta contra o racismo, via política, que começou lá atrás com Manoel Lopes, passando por Marielle, se contemporalizando em Erica e motivando todos/as nós.



Vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ) – assassinada em 2018. Foto: Divulgação

A história de Malunguinho, de Manoel Lopes e Marielle Franco, essas histórias que estão perfiladas, atreladas, ou uma dentro das outras tais quais aquelas bonequinhas russas que se aglutinam e se agigantam a medida que uma se encaixa na outra, a fim de fazer um todo coeso, nos conscientizam de que a representação política do povo preto, da mulher lésbica, da mulher transexual e

travesti é muito importante no Brasil, na América Latina e no mundo todo. Na população Brasileira temos 54,9% de povo negro e a maior parte de nossas/as políticas/as são brancos/as e cisheteronormativos/as. Em 2018, tínhamos apenas 10,8% de candidaturas pretas dos cerca de 29 mil candidatos aos oito cargos que estavam em disputa. Ao todo, seriam 13 mil candidatos/as negros/as, sendo 66% pardos/as e 61,9% pretos. Essa sub-representação impacta diretamente nas formulações de políticas públicas para a população preta e também para a população preta de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros (LGBT). Portanto, ter Erica Malunguinho na política como deputada é um regozijo não só para a população LGBT, mas para o povo preto em geral.

### **Leandro Rodrigues Nascimento da Silva**



Graduando em Letras – Português/Literaturas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); Professor de Língua Portuguesa na instituição CIEP 026 São Vicente de Paula; Professor de Introdução à Arte Ocidental, na Escola de Artes da Baixada; Pesquisador de Educação e Saúde da população travesti, na Fundação Oswaldo Cruz; membro do Laboratório de Educação, Gênero e Sexualidades (LEGESEX-UFRRJ); membro do grupo de estudos em Gênero, Imagem, Discurso (GEIDIR-UFRRJ); pesquisador institucional da UFRRJ em manuscritos contemporâneos e genética da escrita de Carolina Maria de Jesus; membro da Comissão de Avaliação Própria (CPA) da UFRRJ.